



**RELATÓRIO
& CONTAS**

2021



Exmo. Senhor
Presidente da Associação do Teatro Ibérico
Sr. João Garcia Miguel
Rua de Xabregas, 54
1900 – 400 Lisboa

Lisboa, 05 de março de 2022

ASSUNTO: Relatório e Contas de 2021

Os nossos melhores cumprimentos

Através do presente relatório de gestão, vimos dar a conhecer à Associação Cultural – Teatro Ibérico – Centro de Cultura e Pesquisa de Arte Teatral, seus associados e terceiros que com a associação tem relações, de alguns aspectos que considera mais relevantes e relacionados com a actividade desenvolvida, no período findo de 2021.

ÍNDICE GERAL

<u>ÍNDICE GERAL</u>	3
<u>RESUMO DE QUADROS</u>	5
A. <u>ORGÃOS SOCIAIS</u>	6
B. <u>RELATÓRIO DE GESTÃO</u>	6
<u>01.EQUADRAMENTO PRÉVIO</u>	6
<u>02.EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE CULTURAL</u>	6
<u>03 ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA</u>	7
<u>04.OUTRAS INFORMAÇÕES</u>	12
<u>05.AGRADECIMENTOS</u>	13
<u>BALANÇO</u>	14
<u>DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS</u>	15
<u>ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS</u>	16
<u>NOTA INTRODUTÓRIA</u>	17
<u>NOTA 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE</u>	17
<u>NOTA 2. REF.CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</u>	17
<u>NOTA 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS</u>	17
<u>3.1. - BASES DE APRESENTAÇÃO</u>	17
<u>3.1.1. - PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE</u>	17
<u>3.1.2. - PRESSUPOSTO DO ACRÉSCIMO</u>	17
<u>3.1.3. - CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO</u>	17
<u>3.1.4. - MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO</u>	18
<u>3.1.5. - COMPENSAÇÃO</u>	18
<u>3.1.6. - INFORMAÇÃO COMPARATIVA</u>	18
<u>3.2. - POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO</u>	19
<u>3.2.1. - ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS</u>	19
<u>3.2.2. - ACTIVOS INTANGÍVEIS</u>	19
<u>3.2.3. - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO</u>	20
<u>3.2.4. - INVENTÁRIOS</u>	20
<u>3.2.5. – INSTRUMENTOS FINANCEIROS</u>	20
<u>3.2.6. - RECONHECIMENTO DO RÉDITO</u>	21
<u>3.2.7. - SUBSÍDIOS</u>	21
<u>3.2.8. - PROVISÕES</u>	22
<u>3.2.9. - LOCAÇÃO FINANCEIRA</u>	22
<u>3.2.10. - CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS</u>	23
<u>3.2.11. - TRANSAÇÕES E SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA</u>	23
<u>3.2.12. - BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS</u>	23
<u>3.3. - OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES</u>	24
<u>3.4. - JUÍZOS DE VALOR</u>	24
<u>3.5. – ACONTEC. SUBSEQUENTES E PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO</u>	24
<u>3.6. - PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS</u>	24
<u>NOTA 4. POLÍTICAS CONTAB. ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS</u>	24
<u>4.1. - APLICAÇÃO INICIAL DA DISPOSIÇÃO DAS NC-ME COM EFEITOS NO PERÍODO CORRENTE OU EM QUALQUER PERÍODO ANTERIOR, OU COM POSSÍVEIS EFEITOS EM PERÍODOS FUTUROS:</u>	24
<u>4.2. - ALTERAÇÃO VOLUNTÁRIA EM POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS COM EFEITO NO PERÍODO CORRENTE OU EM QUALQUER PERÍODO ANTERIOR (SENDO IMPRATICÁVEL DETERMINAR A QUANTIA DE AJUSTAMENTO) OU COM POSSÍVEIS EFEITOS EM PERÍODOS FUTUROS</u>	24
<u>4.3. - ALTERAÇÕES EM ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS COM EFEITO NO PERÍODO CORRENTE OU QUE SE ESPERA QUE TENHAM EFEITO EM FUTUROS PERÍODOS</u>	24
<u>4.4. - ERROS MATERIALMENTE RELEVANTES DE PERÍODOS ANTERIORES</u>	25

<u>NOTA 5.</u>	<u>ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS</u>	25
<u>NOTA 6.</u>	<u>ACTIVOS INTANGÍVEIS</u>	26
<u>NOTA 7.</u>	<u>LOCAÇÕES</u>	26
<u>NOTA 8.</u>	<u>IMPARIDADE DE ACTIVOS</u>	26
<u>NOTA 9.</u>	<u>INVENTÁRIOS</u>	26
<u>NOTA 10.</u>	<u>RÉDITO</u>	26
<u>NOTA 11.</u>	<u>PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES</u>	27
<u>NOTA 12.</u>	<u>SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO</u>	27
<u>NOTA 13.</u>	<u>EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO</u>	28
<u>NOTA 14.</u>	<u>IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO</u>	28
<u>NOTA 15.</u>	<u>MATÉRIAS AMBIENTAIS</u>	28
<u>NOTA 16.</u>	<u>ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS</u>	28
<u>NOTA 17.</u>	<u>CAPITAL PRÓPRIO</u>	30
<u>NOTA 18.</u>	<u>DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS</u>	30
<u>NOTA 19.</u>	<u>OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES</u>	30

RESUMO QUADROS

Quadro Anexo n.º 1 - ACTIVO FIXO TANGÍVEL

Quadro Anexo n.º 2 - GASTOS COM DEPRECIACÕES

Quadro Anexo n.º 3 - ACTIVO INTANGÍVEL

Quadro Anexo n.º 4 - GASTOS COM AMORTIZAÇÃO

Quadro Anexo n.º 5 - RÉDITO

Quadro Anexo n.º 6 - SUBSÍDIOS

Quadro Anexo n.º 7 - OUTRAS CONTAS A RECEBER E DIFERIMENTO ACTIVOS

Quadro Anexo n.º 8 - FORNECEDORES

Quadro Anexo n.º 9 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A. ORGÃOS SOCIAIS

No decorrer do ano de 2021, não foi efectuada qualquer alteração, quer a nível estrutural quer na constituição dos seus órgãos.

Assim, a composição dos órgãos sociais manteve-se a seguinte:

- Presidente - João Miguel Osório de Castro Garcia dos Santos;
- Vice-Presidente – Rita de Jesus Ramos da Costa;
- Tesoureiro – Alexandre Miguel Leça de Mira;
- Secretária – Rita Maria Serrano Ramos;
- Vogal - Jorge Alexandre Soares Matias

B. RELATÓRIO DE GESTÃO

O Teatro Ibérico, com sede em Rua de Xabregas 54, em Lisboa, vem, de acordo com as normas legais e estatutárias cumprir o dever de prestação de informação de natureza económico e financeira, relativa ao período compreendido entre 1 de janeiro de 2021 e 31 de dezembro de 2021. Este documento foi elaborado de acordo com o quadro normativo vigente, nomeadamente o disposto nas Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro previstas no Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

01. ENQUADRAMENTO PRÉVIO

2021 foi um ano particularmente complexo e desafiante para a associação Teatro Ibérico, que a par de um processo de reestruturação do edifício em que se encontra inserido através de obras de beneficiação, a ocorrer em simultâneo com a concretização e preparação de novos projetos e processos internos, assumiu, ainda, compromissos na projeção dos próximos anos em termos de desenvolvimento cultural.

02. EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE CULTURAL

Em 2021, o Teatro Ibérico realizou **15 espetáculos teatrais** para um número total **876 bilhetes vendidos** em ticket online.

Para uma análise mais detalhada apresentamos o seguinte quadro resumo:

Quadro Resumo das Actividades de 2021

	Nº Sessões	Nº Bilhetes
13º Encontro Internacional Marionetes – M.A.R	2	47
13º Encontro Internacional Marionetes – NIYAR	1	17
A Gaivota	8	110
Apolo Descapotável	2	40
Ceremony	1	53
Em Busca de um Neto / Festival Solos Ibéricos I	2	26
Ergue-te Ó Sol	1	1
Lila / Festival Solos Ibéricos I	2	61
Ode Marítima	4	114
Of Artemis and Monsters / Festival Solos Ibéricos I	2	28
Padi e Balbina / Festival Solos Ibéricos	2	16
Queda de um Anjo	8	153
Somos todos Camões	6	122
Sr. Moedas	6	55
Toca / Festival Solos Ibéricos I	2	33
Total Atividades	49	876

Fonte: Ticket Online

03. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

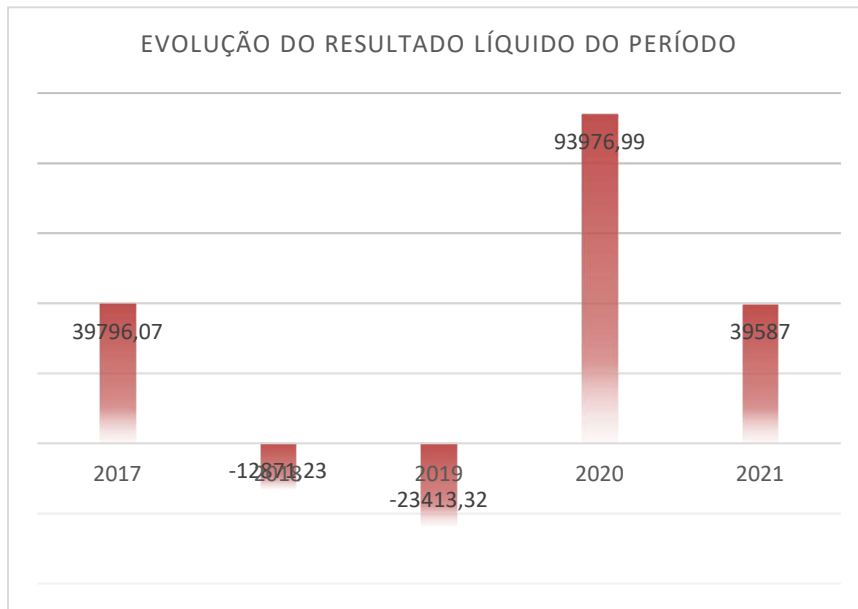
Atentos os resultados económicos e financeiros do Teatro Ibérico no exercício findo a 31 de dezembro de 2021, cumpre pela sua relevância, destacar os seguintes aspetos:

- O exercício ficou marcado de forma relevante pela continuação do impacto da pandemia provocada pela Covid-19; o reflexo da interrupção dos espetáculos culturais gerou na associação Teatro Ibérico (à semelhança das demais associações culturais) uma quebra de receitas no primeiro semestre do exercício nos resultados apresentados;
- Não obstante as vicissitudes previamente enunciadas, saliente-se que o resultado líquido do exercício atingiu o montante de 39 587 Euros, evidenciando um decréscimo face ao período homólogo;
- O resultado operacional ascendeu aos 39 587 Euros, o que corresponde a um decréscimo de 54 384 Euros face ao período homólogo;
- O EBITDA atingiu os 47 677 Euros, no entanto sem os fundos estatais (subsídios à exploração) materializa, naturalmente a falta de capacidade de a Associação gerar fundos e, conseqüentemente, operar sem a garantia de obtenção destes mesmos fundos estatais. A Associação não apresenta capacidade ainda de gerar autofinanciamento das respectivas operações;
- Os rendimentos operacionais ascenderam a 213.812 Euros face aos 154 209 Euros do período homólogo; para este aumento contribuíram de forma ligeira o aumento de receitas de bilheteira, mas de forma decisiva os subsídios à exploração;
- Os gastos operacionais cifraram-se nos 174 225 Euros, o que se materializa num aumento de 189% face ao período homólogo, em particular motivado pelo aumento dos encargos com *fornecimentos e serviços externos e custos com pessoal*.

RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO

No exercício findo a 31 de dezembro de 2021, o Teatro Ibérico atingiu um resultado líquido de 39 587 Euros, o que atesta uma diminuição 58% face ao período homólogo.

Conforme pode ser observado no gráfico seguinte, o resultado líquido evidenciado apresenta uma diminuição em relação ao período homologado, mas não se deve ter em consideração só este gráfico, mas efectuar uma análise ao todo e ao contexto económico-social. Em 2020, a associação Teatro Ibérico por força da pandemia Covid-19, procedeu à apresentação de espetáculos quase que residuais não gerando receitas, mas também não gerando gastos com a sua produção. De salientar que se obtiveram mais fundos em 2020 da Câmara Municipal de Lisboa, para a realização das Obras gerando mais rendimentos nesse ano os quais só serão diluídos ao longo dos anos através das amortizações.



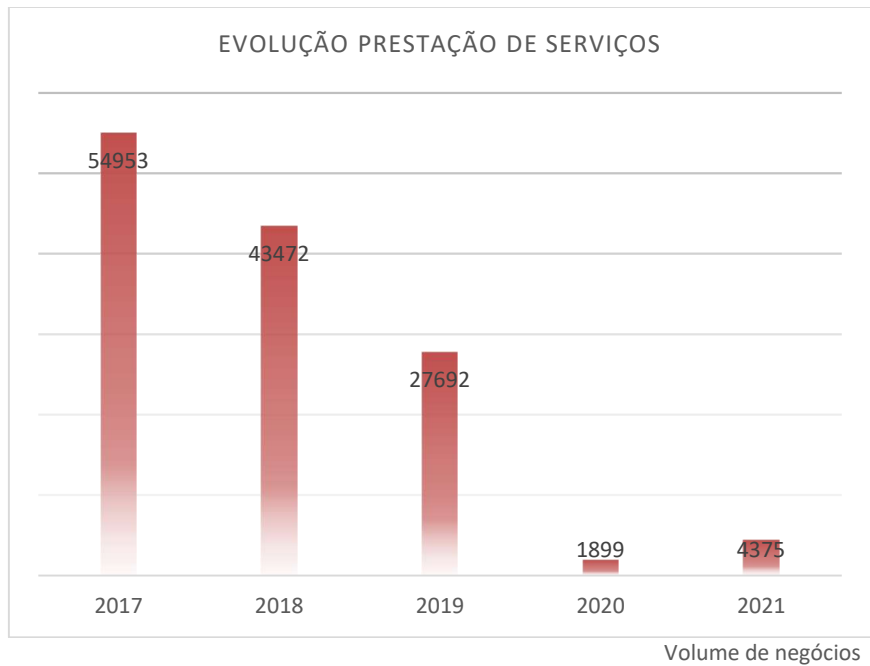
RENDIMENTOS OPERACIONAIS

Os rendimentos operacionais atingiram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os 213 811 Euros, o que representa um crescimento de 39% face ao período homologado, podendo ser discriminados como se demonstra no quadro seguinte:

Rendimentos Operacionais	31.12.2021	31.12.2020	Δ %
Prestação de Serviços	4 375	1 899	130,38%
Bilheteira Ticket-Online	4 275	1 627	
Espectáculos	0	272	
Aluguer Espaço	0	0	
Quotizações	100	0	
Subsídios à exploração	209 436	149 749	39,86%
Subsídios Estado	208 851	145 438	
Outros Subsídios	585	4 311	
Outros rendimentos operacionais	0	2 561	
	213 811	154 209	38,65%

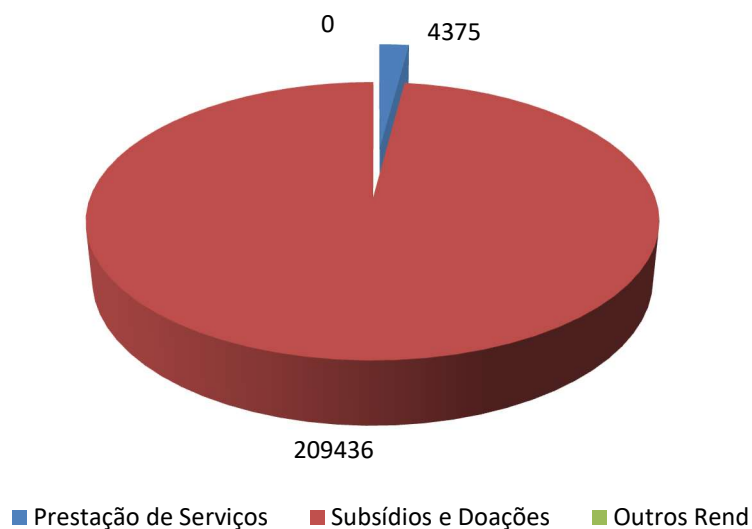
Valores em Euros

A evolução da prestação de serviços é apresentada no gráfico seguinte:



Os rendimentos por via de receita de bilheteira, embora apresentem um ligeiro aumento em relação ao ano atípico de 2020, encontra-se ainda muito longe dos valores atingidos em 2017. Salienta-se também o facto de somente em junho se ter iniciado novamente a programação de 2021, muito devido ao facto da pandemia Sars Cov2, que levou a estar parado cerca de meio ano.

Estrutura de Rendimentos 2021



Relativamente aos subsídios, doações e legados à exploração, embora em termos comparativos tenham aumentado, o Teatro recebeu o habitual apoio da Camara Municipal de Lisboa assim como da Junta de Freguesia do Beato.

De salientar, que devido à pandemia Sarc-Cov2, o Teatro Ibérico candidatou-se a um apoio da DG Artes e do qual obteve o valor de 161 602 euros, assim como apoio do layoff simplificado dado pela segurança social no valor total de 3 803 euros e do IEPF 1 330 euros.

Da conta 75, subsídios à exploração salienta-se que os principais mecenas são:

Ano	Camara Municipal de Lisboa	Junta Freguesia do Beato	DG Artes
2021	36.000	6.110	161 602
2020	80.000	6.000	-
2019	50.000	6.000	-
2018	37.000	6.000	-

Valor: Euros

GASTOS OPERACIONAIS

Os gastos operacionais ascenderam aos 174 225 Euros face aos 60 238 Euros evidenciados no período homólogo. Os referidos gastos detalham-se conforme discriminado no seguinte quadro:

Gastos Operacionais	31.12.2021	31.12.2020	Δ %
Fornecimentos e serviços externos	98 708	23 969	
Gastos com pessoal	64 111	31 547	
Depreciações e amortizações	8 090	796	
Outros gastos e perdas operacionais	3 315	3 926	
	<u>174 224</u>	<u>60 238</u>	<u>189%</u>

Valores em Euro

Os *fornecimentos e serviços externos* são a rubrica de maior peso e continuam a representar mais de metade dos gastos totais. Nela estão incluídos os encargos com honorários que representam 30% do total destes custos.

Nesta conta são registados os custos de funcionamento geral do Teatro Ibérico (gastos de estrutura) mas também os encargos relacionados com a programação e promoção dos eventos.

Desde logo se verifica o peso substancial dos serviços especializados (cerca de 55%), conta onde se incluem os cachês dos espetáculos e serviços relacionados com a gestão corrente, como manutenção, consultoria, sistemas de informação, segurança, etc. Se os encargos da estrutura (energia, água, comunicações, seguros, etc.) são fáceis de estimar em contabilidade geral, o mesmo não se pode dizer dos gastos que envolvem as atividades do teatro uma vez que depende das diversas necessidades específicas de cada projeto e das condições negociadas.

Os referidos gastos detalham-se conforme discriminado no seguinte quadro:

Fornecimentos e serviços externos	31.12.2021	31.12.2020	Δ %
Subcontratos	19 247	350	
Serviços especializados	54 032	13 118	
Materiais	3 133	1 175	
Energia e fluidos	249	0	
Deslocações, estadas, transportes	9 597	1 308	
Serviços diversos	12 451	8 017	
	98 709	23 968	312% Valores em Euro

Os gastos com pessoal obtiveram em 2021, um acréscimo de 103%, o que se explica pela admissão de mais 2 colaboradores, de modo a reforçar a equipa para apoio operacional.

Neste sentido, a dezembro de 2021 a equipa do Teatro Ibérico era constituída por 4 colaboradores. A maioria são quadros da empresa, com contrato sem termo e um com termo certo, garantindo a estabilidade da estrutura e o contínuo desempenho das suas principais funções. Para além destes a associação conta com 1 colaborador em regime de prestador de serviços.

Destes 4 colaboradores, 2 (50%) são do sexo masculino e 2 (50%) são do sexo feminino.

Os gastos com o pessoal, rubrica tradicionalmente com elevada representatividade na estrutura de gastos da associação, e nas demais associações e sociedades deste sector e em geral, ascenderam a 64 111 Euros e detalham-se como apresentado no quadro seguinte:

Gastos com pessoal	31.12.2021	31.12.2020	Δ %
Remunerações do pessoal	50 009	26 513	
Encargos com remunerações	11 357	5 016	
Seguro de acidentes de trabalho	440		
Outros gastos com pessoal	2 305	19	
	64 111	31 547	103% Valores em Euro

As depreciações e amortizações apresentam um ligeiro acréscimo justificado pelas aquisições realizadas no decurso do exercício, essencialmente conexas com as obras de requalificação do edifício, cujo início teve lugar no período anterior.

Foram efetuadas depreciações nas rubricas dos Ativos Fixos Tangíveis, no montante de 8.090 Euros.

Gastos de depreciação e amortização	31.12.2021	31.12.2020	Δ %
Amortização Edifícios e Outras Construções	3 196	2 963	
Amortização Equipamento Básico	953	599	
Amortização Equipamento Administrativo	867	0	
Amortização de outras Imobilizações Corpóreas	364	364	
	5 380	3 926	37%
Ativos Fixos Intangíveis	2 710		
	8 090	3 926	106%

Valores em Euro

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Teatro Ibérico - Centro de Cultura e Pesquisa de Arte Teatral no período económico findo em 31 de dezembro de 2021 realizou um resultado líquido de 39 587 Euros, propondo a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

Aplicação Resultados	
Ano	2021
Outras variações de capital	39 587

04. OUTRAS INFORMAÇÕES

O Teatro Ibérico - Centro de Cultura e Pesquisa de Arte Teatral não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional quer no estrangeiro.

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeiras expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2021.

A associação não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações.

A empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

05. AGRADECIMENTOS

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Clientes e Parceiros de negócio, porque a eles se deve muito do desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser do nosso projeto.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade do Teatro Ibérico - Centro de Cultura e Pesquisa de Arte Teatral.

Apresentam-se, de seguida, as Demonstrações Financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas e o Anexo.

Lisboa, 31 de março de 2022

BALANÇO
(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	31/12/2021 (1)	31/12/2020 (2)	Variação % (1)-(2)
ACTIVO:				
Activo não corrente:				
Activos fixos tangíveis	5	60 305,06	55 587,54	8,49%
Activos intangíveis	6	5 420,32	8 130,08	-33,33%
Investimentos financeiros		118,87	-	-
Accionistas/sócios		-	-	-
		65 844,25	63 717,62	3,34%
Activo corrente:				
Inventários		-	-	-
Clientes		-	-	-
Estado e outros entes públicos	16	27 882,45	16 760,02	66,36%
Diferimentos	16	381,99	267,67	42,71%
Outros activos correntes		-	-	-
Caixa e depósitos bancários		83 585,60	95 414,72	-12,40%
		111 850,04	112 442,41	-0,53%
Total do Activo		177 694,29	176 160,03	0,87%
CAPITAL PRÓPRIO:				
Capital realizado		-	-	-
Outros instrumentos de capital próprio		-	-	-
Reservas		-	-	-
Resultados transitados		-	-	-
Outras variações no capital próprio		94 403,73	432,69	21717,87%
Resultado líquido do período		39 586,84	93 971,04	-57,87%
Total do Capital Próprio		133 990,57	94 403,73	41,93%
PASSIVO:				
Passivo não corrente:				
Provisões		-	-	-
Financiamentos obtidos		-	-	-
Outras contas a pagar		-	-	-
		-	-	-
Passivo corrente:				
Fornecedores	16	5 861,03	6 099,84	-3,92%
Estado e outros entes públicos	16	5 382,63	880,28	511,47%
Diferimentos		-	-	-
Outras contas correntes		32 460,06	74 776,18	-56,59%
		43 703,72	81 756,30	-46,54%
Total do Passivo		43 703,72	81 756,30	-46,54%
Total do Capital Próprio e do Passivo		177 694,29	176 160,03	0,87%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

(Montantes expressos em Euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	31/12/2021 (1)	31/12/2020 (2)	Variação % (1)-(2)
Vendas e serviços prestados	10	4 375,44	1 899,25	130,38%
Subsídios à exploração	12	209 436,36	149 749,45	39,86%
Variação nos inventários da produção		-	-	-
Trabalhos para a própria entidade		-	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-	-	-
Fornecimentos e serviços externos		(98 708,35)	(23 968,68)	311,82%
Gastos com o pessoal		(64 111,36)	(31 547,32)	103,22%
Imparidades (perdas/reversões)		-	-	-
Provisões (aumentos/reduções)		-	-	-
Outros rendimentos e ganhos		-	2 560,57	-100,00%
Outros gastos e perdas		(3 315,03)	(796,29)	316,31%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)		47 677,06	97 896,98	-51,30%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5*6	(8 090,22)	(3 925,94)	106,07%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)		39 586,84	93 971,04	-57,87%
Custo líquido de financiamento		-	-	-
Resultado antes de impostos (EBT)		39 586,84	93 971,04	-57,87%
Imposto sobre o rendimento do período		-	-	-
Resultado líquido do período		39 586,84	93 971,04	-57,87%



ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

NOTA INTRODUTÓRIA

NOTA 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

O Teatro Ibérico – Centro de Cultura e Pesquisa de Arte Teatral é uma associação, constituída em 1986, com sede em Rua de Xabregas 54, e tem como actividade principal actividade das artes do espetáculo utilizando o CAE 90 010, no decorrer do ano de 2021 e 2020 teve ao seu serviço um número médio empregados de quatro e de dois, respectivamente.

NOTA 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística para Microentidades (NC-ME) aprovada pelo Decreto-Lei 36-A/2011 de 09 de Março, em harmonia com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-lei n.º 158/2009 de 13 de Julho com as rectificações da Declaração de Rectificação n.º 67-B/2009 de 11 de Setembro e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de Agosto.

2.2 - O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior.

NOTA 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 – BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

3.1.1. - PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

3.1.2. – PRESSUPOSTO DO ACRÉSCIMO

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

3.1.3.- CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

3.1.4. - MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorrectas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou colectivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transacções ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações no capital próprio e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

3.1.5. - COMPENSAÇÃO

Os activos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados excepto quando tal for exigido ou permitido pela NC-ME. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas actividades ordinárias, outras transacções que não geram rédito, mas que são inerentes às principais actividades que o geram. Os resultados de tais transacções são apresentados, quando esta apresentação reflecta a substância da transacção ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transacção.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transacções semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

3.1.6. - INFORMAÇÃO COMPARATIVA

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que a NC-ME o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objecto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes

permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

3.2.– POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

3.2.1.– ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os activos fixos tangíveis são apresentados pelo respectivo valor líquido de depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transacção ou a receber e a quantia escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

Os activos fixos tangíveis são depreciados em quota anual durante as vidas úteis estimadas:

Edifícios e outras construções	-	20 anos
Equipamento básico	-	3 a 10 anos
Equipamento administrativo	-	3 anos
Outros activos fixos tangíveis	-	7 a 8 anos

3.2.2. – ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os activos intangíveis são mensurados ao custo deduzido de amortizações acumuladas, sendo os dispêndios com actividades de pesquisa reconhecidos como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de activos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos activos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários activos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito das alterações a estas estimativas reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os activos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida não são amortizados.

Relativamente aos intangíveis com vida útil finita, as respectivas amortizações foram calculadas de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Projecto de desenvolvimento - 3 anos

3.2.3. – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto corrente sendo este registado em resultados.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros períodos, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

3.2.4. – INVENTÁRIOS

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e para efectuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respectiva diferença.

3.2.5. – ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os activos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor recuperável, é registado uma perda por imparidade pela respectiva diferença.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes activos financeiros:

- Clientes e outras dívidas de terceiros (deduzido de perdas por imparidade);
- Outros activos financeiros (deduzidos de eventuais imparidades);
- Contratos para conceder empréstimos (deduzidos de eventuais perdas por imparidade);
- Caixa e depósitos bancários (vencíveis a menos de 3 meses);
- Participações financeiras em entidades que não sejam subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas;
- Activos e passivos financeiros detidos para negociação; e
- Outros activos ou passivos financeiros que por definição sejam considerados nesta rubrica.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes passivos financeiros:

- Fornecedores e outras dívidas de terceiros;
- Financiamentos obtidos;
- Outros passivos financeiros;

- Contratos para contrair empréstimos.

As perdas por imparidade são registadas em resultados como perdas por imparidade no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objectivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é reconhecida em resultados como reversões de perdas por imparidade, não sendo permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

A Entidade desreconhece activos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses activos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.2.6. – RECONHECIMENTO DO RÉDITO

O rédito compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja, quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos, se necessário socorre-se do método da percentagem de acabamento ou do método do lucro nulo na impossibilidade de determinar fiavelmente o desfecho dos contratos de prestação de serviço.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efectiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos como outros ganhos e perdas líquidos quando existe o direito de os receber.

O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transacção e a especificidade de cada acordo.

3.2.7. – SUBSÍDIOS

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de activos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos activos subjacentes) como rendimentos do período durante as vidas úteis dos activos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.2.8. – PROVISÕES

São reconhecidas provisões apenas quando a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado, e seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a reflectirem a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões, existindo um contrato oneroso quando a Entidade é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tenha associados custos que não sejam possíveis de evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

As provisões que resultem de matérias ambientais são reconhecidas e mensuradas como provisão de acordo com a obrigação relacionada.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados apenas quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.2.9. – LOCAÇÃO FINANCEIRA

A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato. Assim as locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e vantagens associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais.

Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre

encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

3.2.10. – CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

3.2.11. – TRANSACÇÕES E SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As demonstrações financeiras da Entidade são apresentadas em euros, sendo o euro a moeda funcional e de apresentação.

As transacções em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Entidade) são registadas às taxas de câmbio das datas das transacções. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são actualizadas às taxas de câmbio dessa data. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são actualizadas.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos ou recebimentos das transacções bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos activos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração dos resultados em função da sua natureza (operacional, investimento e financiamento) no período em que são geradas.

3.2.12. – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios dos empregos classificam-se em:

a) Benefícios de curto-prazo

Os benefícios de curto prazo incluem salários, ordenados, contribuições para a Segurança Social, licença por doença, participação nos lucros e gratificações (pagos dentro dos 12 meses) e benefícios não monetários (cuidados médicos, alojamento, automóveis e bens ou serviços gratuitos).

O gasto relativo a participações nos lucros e/ou gratificações deve ser relevado dentro do período em que o trabalhador prestou o seu contributo (desde que exista uma obrigação presente, legal/construtiva e que a mesma possa ser mensurada com fiabilidade).

b) Benefícios de cessação

Resultam de benefícios pagos em consequência da decisão da Entidade cessar o emprego de um empregado antes da data normal de reforma, ou da decisão de um empregado de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios.

3.3 – OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

Não aplicável.

3.4 – JUÍZOS DE VALOR

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.5 – ACONTECIMENTO SUBSEQUENTES E PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO.

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos, são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos, são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente relevantes

3.6 – PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

NOTA 4. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS.

4.1 – APLICAÇÃO INICIAL DA DISPOSIÇÃO DAS NC-ME COM EFEITOS NO PERÍODO CORRENTE OU EM QUALQUER PERÍODO ANTERIOR, OU COM POSSÍVEIS EFEITOS EM PERÍODOS FUTUROS:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes da adopção inicial da NC-ME.

4.2 – ALTERAÇÃO VOLUNTÁRIA EM POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS COM EFEITO NO PERÍODO CORRENTE OU EM QUALQUER PERÍODO ANTERIOR (SENDO IMPRATICÁVEL DETERMINAR A QUANTIA DE AJUSTAMENTO) OU COM POSSÍVEIS EFEITOS EM PERÍODOS FUTUROS.

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

4.3 – ALTERAÇÕES EM ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS COM EFEITO NO PERÍODO CORRENTE OU QUE SE ESPERA QUE TENHAM EFEITO EM FUTUROS PERÍODOS.

Não se verificaram quaisquer alterações em estimativas contabilísticas.

4.4 – ERROS MATERIALMENTE RELEVANTES DE PERÍODOS ANTERIORES

Não se verificaram erros materialmente em períodos anteriores.

NOTA 5. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31/12/2020 e em 31/12/2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

Quadro Anexo n.º 1 - ACTIVO FIXO TANGÍVEL

	Saldo em 1/01/2021	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2021
Terrenos e recursos naturais					-
Edifícios e outras construções	59 268,89	4 656,95			63 925,84
Equipamento básico	13 372,92	2 840,00			16 212,92
Equipamento de transporte					-
Equipamento administrativo		2 601,03			2 601,03
Equipamentos biológicos					-
Activos fixos tangíveis em curso					-
Outros activos fixos tangíveis	2 790,17				2 790,17
	75 431,98	10 097,98	-	-	85 530,00

Quadro Anexo n.º 2 - GASTOS COM DEPRECIAÇÕES

	Saldo em 1/01/2021	Aumentos	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2021
Terrenos e recursos naturais					-
Edifícios e outras construções	6 975,74	3 196,31			10 172,05
Equipamento básico	11 657,39	953,49			12 610,88
Equipamento de transporte					-
Equipamento administrativo		866,92			866,92
Equipamentos biológicos					-
Outros activos fixos tangíveis	1 211,31	363,74			1 575,05
	19 844,44	5 380,46	-	-	25 224,90

NOTA 6. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31/12/2020 e em 31/12/2021 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

Quadro Anexo n.º 3 - ACTIVO INTANGÍVEL

	<u>Saldo em 01/01/2021</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Abates e Alienações</u>	<u>Correcções e Transf.</u>	<u>Saldo em 31/12/2021</u>
Goodwill					-
Projectos de desenvolvimento	8 130,08				8 130,08
Programas de computador					-
Propriedade industrial					-
Outros activos intangíveis					-
...					-
	<u>8 130,08</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8 130,08</u>

Quadro Anexo n.º 4 - GASTOS COM AMORTIZAÇÃO

	<u>Saldo em 01/01/2021</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Abates e Alienações</u>	<u>Correcções e Transf.</u>	<u>Saldo em 31/12/2021</u>
Projectos de desenvolvimento		2 709,76			2 709,76
Programas de computador					-
Propriedade industrial					-
Outros activos intangíveis					-
...					-
	<u>-</u>	<u>2 709,76</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2 709,76</u>

NOTA 7. LOCAÇÕES

Não aplicável.

NOTA 8. IMPARIDADE DE ACTIVOS

Não aplicável.

NOTA 9. INVENTÁRIOS

Não aplicável.

NOTA 10. RÉDITO

O rédito reconhecido pela Entidade em 31/12/2021 e em 31/12/2020 é detalhado conforme se segue:

Quadro Anexo n.º 5 - RÉDITO

	Réditos							
	2021				2020			
	Valor Nominal	Valor reconhecido	Valor Diferido	Valor de acréscimo	Valor Nominal	Valor reconhecido	Valor Diferido	Valor de acréscimo
Venda de bens	-	-	-	-	-	-	-	-
Área de Negócio 1								
Área de Negócio 2								
Prestação de serviços	-	4 375,44	-	-	-	1 899,25	-	-
Bilheteira		4 275,44				1 627,30		
Espectáculos		-				271,95		
Quotizações e Joias		100,00						
Juros	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros de empréstimos								
Juros de actualização de valor								
Royalties	-	-	-	-	-	-	-	-
Área de Negócio 1								
Área de Negócio 2								
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-
Área de Negócio 1								
Área de Negócio 2								
	-	4 375,44	-	-	-	1 899,25	-	-

NOTA 11. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES

Não aplicável.

NOTA 12. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

Os registos dos subsídios ocorreram conforme segue:

Quadro Anexo n.º 6 - SUBSÍDIOS

Subsídios à exploração		
	2021	2020
Total	42 110,70	-
CML - Obras	12 000,00	
CML - Actividades	24 000,00	
J.F. Beato	6 110,70	
Total	5 718,85	-
IEFP	1 330,00	
LayOff	3 803,22	
Consignação IRS	585,63	
Total	161 606,81	-
DG Artes	161 606,81	
b	209 436,36	-

NOTA 13. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

Não aplicável.

NOTA 14. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2020, 2019, 2018 e 2017 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

NOTA 15. MATÉRIAS AMBIENTAIS

Não aplicável.

NOTA 16. ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

A Entidade desenvolve uma variedade de activos e passivos financeiros, no âmbito da sua política de gestão, nomeadamente:

Quadro Anexo n.º 7 - OUTRAS CONTAS A RECEBER E DIFERIMENTO ACTIVOS

Outras Contas a Receber

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fornecedores (saldos contrários)		
Adiant. e outras operações com o pessoal		
Empresas do Grupo e Participadas		
Outros accionistas		
Adiant. a fornecedores de investimentos		
Devedores por acréscimo de rendimentos		
Juros a Receber		
Facturação a emitir		
Outros acréscimos de rendimentos		
Outros Devedores	<u>-</u>	<u>-</u>

Diferimentos Activos

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Diferimento de gastos		
Obras		
Rendas		
Outros gastos diferidos	<u>381,99</u>	<u>267,67</u>
	<u>381,99</u>	<u>267,67</u>

Quadro Anexo n.º 8 - FORNECEDORES

	<u>Fornecedores</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fornecedores, Conta Corrente	5 861,03	6 099,84
Fornecedores, títulos a pagar		
Fornecedores, facturas em rec. e conf.	<u>5 861,00</u>	<u>6 100,00</u>

Quadro Anexo n.º 9 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldos Devedores		
IRC – A Recuperar		
IRC – Pagamento por Conta		
Retenção imposto s/ rend.		
IVA - A Recuperar	27 882,45	16 760,02
Restantes Impostos		
Contribuição p/ Seg. Social		
	<u>27 882,00</u>	<u>16 760,00</u>
Saldos Credores		
Corrente		
IRC - A Pagar		
Retenção imposto s/ rend.	2 598,50	224,00
Retenção imposto s/ rend. - prestacional		
IVA - A Pagar		
Restantes Impostos		
Contribuição p/ Seg. Social	2 784,13	656,28
Contribuição p/ Seg.Social - prestacional		
	<u>5 383,00</u>	<u>880,00</u>
Não corrente		
Contribuição p/ Seg.Social - prestacional		
	<u>5 383,00</u>	<u>880,00</u>

NOTA 17. CAPITAL PRÓPRIO

Não aplicável.

NOTA 18. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Não aplicável.

NOTA 19. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Não foram recebidas informações relevantes que justificassem a alteração das divulgações já efetuadas.

Não ocorreram acontecimentos relevantes após a data do balanço que tivessem impacto nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Lisboa, 31 de março de 2022

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado
